

DISPUTAS E LEGISLAÇÕES NO CARNAVAL DO RECIFE (1955- 1964)

Recebido: 18/03/2019
Aprovado: 12/04/2019

Rosana Maria
dos Santos 

Mestra em História Social pela
Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar e problematizar a história do carnaval do Recife entre 1955 e 1964. Nessa época, organizar o reinado de Momo tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: salvar o carnaval do Recife de uma “decadência”. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da cidade tenta tomar para si a organização da festa, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC). Nesta pesquisa, analisamos as disputas políticas, sociais e as proibições às práticas consideradas subversivas, que eram comuns nos dias de Momo.

PALAVRAS-CHAVE

Carnaval; Legislação; Recife – Departamento de Documentação e Cultura.

O Carnaval do Recife

O carnaval durante muitos anos foi visto como uma das paixões do povo brasileiro. A festa era caracterizada por muitos historiadores e antropólogos como um símbolo da identidade nacional. Porém, nos últimos anos, o estudo da festa tem revelado a complexidade do assunto, os meandros que envolvem o desenrolar dos festejos momescos, em que os sujeitos, ou melhor, os seguimentos excluídos, reivindicam a possibilidade de participação ativa na criação de sua própria história.¹

O interesse da historiografia sobre as festividades carnavalescas começou a ser visto na sua amplitude, seriedade e complexidade com o desenvolvimento da história cultural, quando houve um crescente empenho pelo estudo do tema, embora alguns historiadores, antropólogos e cientistas sociais não conseguissem, de início, ver a amplitude e a riqueza presentes no estudo dos comportamentos, atitudes e valores existentes na festa de Momo.

Durante muito tempo fez-se da história do reinado de Momo um simulacro de uma identidade nacional, organizada em perspectiva linear: primeiro, o entrudo, considerado bárbaro, da época colonial; a *posteriori* o carnaval das grandes sociedades, que no final do século XIX eram marcadas pela oligarquia brasileira republicana; e, por fim, o carnaval “popular” com a incorporação de pobres e negros sob o controle de Getúlio Vargas.²

Estudar a festa de Momo no Recife sob a ótica do carnaval enquanto símbolo de identidade cultural é perigoso, pelo risco de deixar de lado o necessário estudo dos fatos atípicos e das normas surdas, e dos sujeitos que fazem da festa o espaço para a subversão.³ A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais das cidades brasileiras, como uma rede transparente que revestia toda a cidade, interligando os pontos de animação – principalmente na cidade do Recife.

Desse modo, a pesquisa parte de questões atuais e concordamos com Michel de Certeau, quando ele afirma que o historiador está atrelado a um lugar social e parte de problemáticas do presente para construir o passado.⁴ O reinado de Momo, ainda hoje, é a principal festa do país. É a festividade que mais recebe investimentos financeiros. O planejamento e a evolução da festa estão atrelados às lutas pelo poder entre os diversos

1 Roberto DaMatta, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

2 Maria Clementina Pereira da Cunha, *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, São Paulo, Companhia das Letras, p. 198, 2001.

3 Edward Palmer Thompson, “Folclore, antropologia e história social”, in: Antonio Luigi Negro & Sérgio Silva (Org.), *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

4 Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano. 1: artes de fazer*, 20ª ed., São Paulo, Vozes, 2013.

atores sociais, com o objetivo de definir o modelo de festa que mais lhe interessa.⁵

Rita de Cássia Barbosa de Araújo, ao analisar as manifestações originadas no carnaval do Recife, afirmou que essas manifestações nasceram entre as camadas populares urbanas.⁶ A festa passou a ser vista como símbolo de identidade cultural para os recifenses. Nesse contexto, ela representaria a coesão social, a síntese dos elementos étnicos formadores do tipo brasileiro: o índio, o negro e o branco. Além disso, uma das teses defendidas pela autora é que o “monstro popular” ano a ano estava conquistando as ruas no final do século XIX e início do século XX. O reinado de Momo da elite era vulnerável às oscilações econômicas, e isso foi um dos motivos que fez crescer na cidade do Recife o carnaval popular. O povo se utilizava de várias estratégias para consolidar o seu espaço e principalmente para salvar o carnaval, tendo em vista que já no século XX os periódicos anunciavam que “O carnaval declina a olhos vistos. Degrada-se Desmoraliza-se”:⁷

[...] a população regia enérgica e ativamente, sobretudo o mundo dos Carnavalescos, que chegava a reunir clubes das mais diversas categorias para pressionar e exigir que os comerciantes dessem também a sua quota na festa que era pública e de todos, e da qual eles tanto se beneficiavam.⁸

No início do século XX o tratamento da imprensa e da polícia com relação aos folguedos começou a mudar. A imprensa, que antes se utilizava de um tom sarcástico ao se referir aos folguedos, apresentava um discurso mais conciliador. Os jornais, com frequência colocavam em suas colunas diárias propostas de modificação para melhor ajustá-los ao modelo considerado civilizado; em 1910, pela primeira vez, os elementos das camadas pobres das agremiações foram retratados no *Jornal Pequeno*. Enquanto isso, a elite tentava a todo custo fazer um carnaval de rua excludente, procurando afastar-se da classe popular, mas o povo ganhou as ruas.⁹

A polícia, o órgão público mais próximo dos populares, passou da repressora a guardiã das agremiações carnavalescas que com ela colaborassem. Essa mudança de atitude tinha um caráter político, uma vez que no século XX, o movimento operário, as greves, comícios e agitações políticas ganhavam força entre as camadas populares. Desse modo, as agremiações carnavalescas se tornaram um dos canais mais eficazes para

5 Gustavo de Medeiros Silva, *Carnaval, Mercado e Diferenciação Social*, Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

6 Rita de Cássia Barbosa de Araújo, *Festas: Máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

7 Araújo, *Festas: Máscaras do tempo...* p. 298.

8 Araújo, *Festas: Máscaras do tempo...*, p. 299.

9 Para maiores aprofundamentos sobre o estudo das elites no Brasil ler: José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, 2003, e *Teatro de sombras: a política imperial*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; C. Charle, “História das elites e método prosopográfico”, in: Flávio Madureira Heinz (Org.), *Por outra história das elites*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

aproximar os políticos do povo.¹⁰

A conquista das ruas pelo povo fez crescer os carnavais de sangue. Os anos de 1930 são marcados por uma forte competitividade e conflitos entre os clubes carnavalescos. E essa onda de violência tornou-se uma preocupação não só das autoridades políticas, mas também dos empresários da época. A insegurança durante os dias de Momo era tão grande que havia agremiações que ao saírem para as ruas, solicitavam antes a proteção policial. Para Roberto DaMatta: “Na rua, então, o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que uma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem”.¹¹

Diante da insegurança nas ruas durante os dias de festa, em 1930 foi criada a Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE). Os argumentos que justificavam a sua criação eram que a alta sociedade pernambucana estava interessada no progresso do Estado, e que se fazia necessário tornar o Recife uma cidade do turismo, do carnaval e da ordem.¹²

Segundo Araújo, o argumento de que a Federação Carnavalesca foi criada para organizar os “carnavais de sangue” e organizar o reinado de Momo é genérico. As elites locais precisavam se aproximar do povo, discipliná-los, ter o “monstro popular” sobre seu controle. Em resumo, a alta sociedade precisava legitimar a ordem pública e fortalecer o seu poder econômico. No entanto, além de tentar promover coesão social e dar vigor à ordem política e social dominante, a Federação tomou para si a tarefa de reelaborar e difundir símbolos da identidade cultural representativos da nacionalidade brasileira dando à questão uma dimensão regional.¹³

Entre os anos de 1937 a 1945, a festa nos clubes do Recife foi amplamente privilegiada, em detrimento da folia nas ruas. Enquanto que nas ruas da cidade a organização era feita por clubes de alegorias, clubes pedestres, maracatus, caboclinhos, bandas de músicas e grupo de mascarados.¹⁴ Segundo Almeida, “a tentativa de reorganizar o carnaval do Recife na década de 1930, reflete o desejo do Estado e da elite de encontrar uma saída para o reinado de Momo provinciano, que deveria ‘civilizar-se’”.¹⁵ O jazz foi eleito como o ritmo adequado aos clubes sofisticados da cidade. O frevo passou a ser considerado a “alma mestiça do povo”, razão pela qual a descendência branca, europeia,

10 Luiz Silva de Almeida, Otávio Cabral, Zezito Araújo (Org), *O negro e a construção do carnaval no Nordeste*, Maceió, Edufal, 1996, p. 31-61.

11 Roberto DaMatta, *Carnavais, malandros...*, p. 91.

12 Brasil, Arquivo público do Estado de Pernambuco (APEJE), *Anuário do carnaval Pernambucano 1938*, Recife, Publicação da Federação Carnavalesca Pernambucana, 1938, s.p.

13 APEJE, *Anuário ...*, p.57.

14 Ascenso Ferreira. *Ensaios folclóricos*, Recife, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1986.

15 Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, *A construção da verdade autoritária*, São Paulo, Humanitas, FFLCH, USP, 2001, p. 149.

deveria brincar o carnaval sob um ritmo nobre, moderno e civilizado. O frevo era dança de negro, que andava pela rua fazendo desordem.¹⁶

Com o fim do Estado Novo, em dezembro de 1945, a FECAPE perdeu o apoio político, e conseqüentemente, o seu poder supremo na organização e promoção do carnaval de rua. O seu colapso aconteceu em 1947, quando a instituição convoca todas as agremiações para uma greve geral. Segundo o Jornal Folha da Manhã, o carnaval de 1947 foi um verdadeiro “fracasso”.¹⁷

Enquanto a Federação tentava permanecer com o mínimo de força e prestígio que tinha antes, o Estado se utilizou de diversos mecanismos para tentar coagir as agremiações carnavalescas a tomarem parte do seu carnaval. As investidas eram várias, desde ameaças, coação a suborno às agremiações. Porém essas ações não implicaram o resultado pretendido:

[...] no ano passado, depois de nossa recusa de receber dinheiro para o carnaval, o que motivou o retraimento dos principais clubes, o interventor Dermeval Peixoto quis emendar a mão e decretou o carnaval oficial [...] não foi desse mundo a propaganda. Empregaram todas as armas, desde suborno à ameaça, para que os clubes tradicionais aderissem ao carnaval oficial. E tudo firme. No duro. Nem um dos grandes clubes, três dos quais já festejaram seu cinquentenário, aderiu. Ainda outro dia, em plena assembleia, **um negro velho contou com seus pares da Federação que foi chamado a polícia para por na rua sua brincadeira. Davam-lhe tudo: licença gratuita, música, dinheiro. Resistiu. Ameaçaram-no de prisão.** Usou de estratégia e acabou mantendo sua solidariedade aos companheiros. O clube não saiu. Quando por esses tempos, os xelelés diziam e escreviam que o carnaval oficial estava aminado e seria brilhantíssimo, por mais de uma vez, perguntei se poderia haver carnaval sem o veterano Vassourinhas, sem o Pás, sem o Lenhadores, sem o Toureiro, sem o Bola de Ouro, e nenhum destes se exibiria. E nenhum de fato se exibiu, por onde se vê que o carnaval oficial de 1947, teria sido tudo menos o carnaval pernambucano.¹⁸

Em 16 de setembro de 1947, a Assembleia Legislativa do Estado modificou o Decreto nº110, de 10 de maio de 1938. Ficou estabelecido pelo Decreto nº 11, art 4º, que a FECAPE se tornava órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, para conceder licença às agremiações carnavalescas. O órgão teria a função de encaminhar ao Secretário de Segurança Pública toda a documentação das agremiações carnavalescas, para a devida aprovação de participação dos festejos momescos promovidos pelo Estado:¹⁹

[...] ART. 4º - **Fica a F.C.P. constituída em órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública**, para os efeitos deste decreto, precedendo audiência da mesma às licenças para fins do artigo 3º deste decreto, durante os festejos

16 Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, *A construção da verdade autoritária...*, p. 149.

17 APEJE, “O carnaval que passou”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 fev. 1947, p. 3. O fracasso, para os da imprensa, era um carnaval de rua com poucos foliões e agremiações nas ruas do Recife.

18 APEJE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 jan. 1948, p. 2.

19 APEJE, Secretaria de Segurança Pública, *Decretos*, Pernambuco, 1947.

carnavalescos. [...]

ART. 5º - A persistência do favor concedido, no artigo precedente, à F.C.P., dependerá do cumprimento por parte da mesma, das seguintes condições:

I – Premiar, do modo que julgar mais conveniente, a agremiação carnavalesca que mantiver em sua sede, ensino primário de letras ou de ofício para os associados ou seus filhos;

II – Desenvolver sua ação, nos municípios do interior, pelo modo que julgar conveniente;

III - estimular, por meios eficazes a **conservação do carnaval regional**, o desenvolvimento do turismo e da cultura popular;

IV – dar, logo após o carnaval, publicamente a todos os seus atos, inclusive os de economia interna;

Parágrafo único – Anualmente, após o carnaval, a F.C.P. relatará ao Secretário de Segurança Pública a sua atividade Social, apoiando-a em dados concretos;

ART. 6º - As associações carnavalescas filiadas à F.C.P. que mantiverem ensino de letras ou de ofícios, conforme o artigo precedente, inciso I, ficarão isentas de quaisquer taxas, na licença anual para o seu financiamento, gozando as demais, de cinquenta por cento (50%) de abatimento no valor da mesma;

ART. 7º - As associações não filiadas ou, por qualquer motivo, desfiladas, passarão para o controle imediato do Serviço de Censura de Diversões Públicas, não gozando dos favores concedidos às que forem registradas na Federação Carnavalesca Pernambucana.²⁰

Assim podemos perceber que FECAPE perdeu a ajuda financeira do Estado. Até 1947, ela tinha o controle financeiro da verba destinada pelo Estado para a promoção do reinado de Momo. No carnaval de 1948 a Federação continuou enfrentando dificuldades financeiras, pois, sem o apoio do Estado, ela teve que se desdobrar para conseguir dinheiro. A estratégia criada pelo órgão foi a promoção de concursos para clubes, blocos, troças e maracatus, em associação com a empresa Moagens do Recife.

As novas funções da Federação Carnavalesca eram promover diversas licenças para os clubes, elaborar contratos para serem utilizados nas negociações com o sindicato dos músicos e a manter a paz e harmonia entre os brincantes, inclusive entre grupos de frevo e escola de samba. Era também sua atribuição determinar os padrões e as características essenciais para a classificação de cada gênero de agremiação, ou seja, como deveria ser a composição de um clube, bloco, maracatu, escola de samba e boi. Na década de 1950, a Federação ainda tinha em sua diretoria pessoas da alta sociedade pernambucana: donos de indústrias, intelectuais e políticos, como Aristófanés de Andrade, vereador com vários mandatos na Câmara Municipal do Recife.

O Estado procurou incentivar muitas agremiações desfiladas da Federação a voltarem para o seu controle. Essa decisão ocorreu após intervenção da Câmara dos Vereadores do Recife, que se empenhou no retorno dos clubes desfilados, para que

²⁰ APEJE, *O decreto Nº 11*, de 16 set. 1947.

voltassem a ser regidos e controlados.²¹ A FECAPE, pelo decreto nº 11 de 1947, passou a ser uma ponte entre as agremiações e a Secretária de Segurança Pública. Por isso, era tão importante tê-las sob o seu controle. No entanto, é válido lembrar que agremiações tinham um poder de organização social, política e uma capacidade de subversão que extrapolava qualquer lei ou norma:

O Sr. Sergio Godoy, depois de justificar o dever que tem o município de apoiar e incentivar as festas populares e de tecer considerações em torno do carnaval pernambucano encaminhou a mesa um projeto de sua autoria subscrito por todos os vereadores autorizando a Prefeitura a conceder um auxílio de Cr70.000,00 à Federação Carnavalesca Pernambucana.²²

Os jornais do Estado davam indícios de que outras entidades da sociedade civil passariam a ser organizadoras da festa. Esses segmentos encontraram mais apoio nas ações do Estado do que a Federação, pois aqueles grupos não estavam vinculados à estrutura estadonovista. A saída de Vargas do poder e o fim do Estado Novo fizeram com que o movimento de contestação à Federação se consolidasse. Depois da greve e do boicote declarado ao carnaval institucional de Demerval Peixoto, um grupo alternativo começou a ganhar destaque nos jornais: A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife (ACCR), cujas propostas eram trazer para a festa a supressão da influência do Estado sobre a brincadeira de rua, através de representações de que o reinado de Momo era uma festa democrática. Segundo Vidal:

O modelo de carnaval que foi apoiado pelo poder público a partir de 1948 foi o do carnaval livre dos formalismos excessivos. Não era o carnaval da liberdade e, talvez –possa-se dizer – da liberalidade. O novo projeto para o carnaval articulado pela ACCR reuniu apenas um grupo de intelectuais em torno do projeto de fazer acontecer o carnaval. Uma ação pretensamente desprezível, mas que realçou um caráter político também, sobretudo porque negou o modelo político anterior, afirmando-se como uma nova ordem instaurada.²³

A Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife aos poucos entrou em contradição no seu discurso de que estava promovendo um carnaval democrático, para o povo. Anualmente a ACCR armava um palanque no Pátio do Paraíso, onde o povo não poderia se aproximar e nem desfrutar daquele espaço, pois o acesso era reservado a jornalistas, autoridades e convidados. As agremiações quando passavam no Pátio do Paraíso tinham por obrigação parar por alguns minutos no palanque da associação.²⁴

Os impressos provocavam um efeito do real, ou seja, eles muitas vezes não

21 APEJE, “A reunião da F.C.P”, *Folha da Manhã*, Recife, 23 jan. 1948, p. 8.

22 APEJE, “Auxílio a Federação Carnavalesca de Pernambuco”, *Folha da Manhã*, Recife, 14 jan. 1948, p. 2.

23 Francisco Mateus Carvalho Vidal, *A festa do Estado e o brinquedo para os populares: Histórias da Federação Carnavalesca Pernambucana (1935-1949)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p. 188.

24 APEJE, “Associação dos Cronistas Carnavalescos”, *Folha da Manhã*, Recife, 6 fev. 1948, p. 7. O Pátio do Paraíso era localizado no Bairro de Santo Antônio, no Recife. A construção da Avenida Dantas Barreto começou na gestão Pelópidas Silveira, em 1946. Para colocar em execução o “projeto de modernização” do Bairro do Recife, foram destruídos o Pátio do Paraíso e as ruas seculares dos bairros de Santo Antônio e São José. Na

revelavam a veracidade dos fatos, ou, até mesmo, escolhiam quem seriam os heróis da história. Os impressos são textos dirigidos intencionalmente ao público. São organizados para serem lidos e compreendidos por um grande número de pessoas e, além disso, visam divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas, a partir de uma história ou de uma reflexão.²⁵ Nos jornais de circulação em meados da década de 1940, era comum encontrar reportagens que remetam o êxito do carnaval à Associação dos Cronistas.

Os escritos nos jornais devem ser vistos com cautela, pois, muitas vezes, nos revelaram um partidarismo político e institucional pautado em representações. Citaremos como exemplo uma notícia do jornal *Folha da Manhã* de 1949, para que possamos perceber o quanto os periódicos foram utilizados para consolidar a Associação dos Cronistas enquanto promotora do carnaval recifense:

O carnaval no Pátio do Paraíso é o assunto obrigatório dos meios Carnavalescos. Ali será armado o pavilhão oficial da Associação dos Cronistas Carnavalescos em frente a o qual desfilarão todos os clubes pedestres, blocos, troças, escolas de samba, maracatus e caboclinhos. Os clubes de alegoria e crítica passarão, também em frente ao palanque oficial da A.C.C.R. **Recebendo dos jornalistas as mais expressivas manifestações de simpatia.**²⁶ (grifos meus)

Diante do discurso dos jornais, o trabalho promovido pelos cronistas gerou grande expectativa na população recifense. Novos concursos foram anunciados, o que provocou grande receptividade entre as agremiações carnavalescas e a população em geral.²⁷ Era comum encontrar nos jornais reportagens como: “Restabelecido o prestígio do carnaval Pernambucano; o Frevo e o Passo voltaram a dominar os festejos de rua”.²⁸

O Diário da Noite do dia 29 de fevereiro de 1951 trazia a seguinte notícia: “Começou a Ofensiva do Carnaval”:

Será iniciada hoje, com grande animação, a Semana Pré-Carnavalesca, no Pátio do Paraíso, sob o patrocínio da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife. Grandes atrações estão programadas para a ofensiva do carnaval, destacando-se a apresentação das melhores bandas de música do Estado, concursos de passos, bem como a apresentação de vários cordões carnavalescos que ainda está semana farão os seus ensaios gerais. Vários entendimentos estão sendo processados pela diretoria da ACCR a fim de que os festejos carnavalescos do Quartel General do Frevo superem esse ano a quantos já

segunda gestão do Prefeito Lucena, em 1971, sem a menor satisfação à população, houve a derrubada de 430 casarões antigos, 11 ruas do Bairro do Recife, e a Igreja do Bom Jesus dos Martírios. Em 1973 foi inaugurada a Avenida Dantas Barreto. Andresa Bezerra de Santana. *Silêncio no centro do Recife: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período estado novista*, Seminário Internacional Urbanístico (2º, 2012, Salvador).

25 Arlette Farge, *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 120.

26 “No pátio do paraíso”, *Folha da Manhã*, Recife, 2 fev. 1949, p. 3.

27 O carnaval começava a ganhar as ruas e Pátios do centro da cidade: Pátio do Terço, Rua Vidal de Negreiros, Rua de Santa Rita, Rua do Alecrim, Rua de São José, Rua da Palma, Rua do Hospício. Ruas que aguardam o frevo. *Folha da Manhã*, Recife, 3 fev. 1951, p.9.

28 APEJE, “Restabelecido o prestígio do carnaval Pernambucano”. *Folha da Manhã*, Recife 10 fev. 1948, p.2.

foram realizados ali, em grandiosidade e animação.²⁹

A Federação, mesmo recebendo críticas nos jornais sobre o carnaval oficial que promoveu por mais de uma década, não partiu para o ataque; preferiu não se posicionar, deixando transparecer que não iria colocar nenhum empecilho à Associação dos Cronistas.³⁰

Nos carnavais da década de 1950, os jornais começaram a anunciar que era de total responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Recife, através da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), promover e animar o carnaval de rua. Esta pesquisa, nos possibilitou conhecer um dos órgãos de fomentação da cultura mais importantes do Recife. A DDC chegou a ser uma referência nacional, por criar e executar projetos de cultura, documentação e educação cultural popular para o Recife.

Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura.³¹ Os serviços do departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Além disso, o Departamento passou a ser integrado por duas divisões: de documentação e divulgação, que ficou responsável pelos serviços de arquivo, fototeca, filмотeca, publicidade, turismo e divulgação. Também era de responsabilidade do Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música.

Segundo o Jornal Diário da Noite, do dia vinte e seis de fevereiro de 1955, o vereador Antônio de Sousa apresentou à Câmara Municipal o que viria a ser lei do carnaval. A proposta era que a Prefeitura do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura (DDC), organizasse e promovesse os festejos carnavalescos do Município.³² A lei tinha por objetivo a promoção da folia voltada para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Uma das medidas propostas pela legislação foi a ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do

29 APEJE, “Começou a ofensiva do carnaval”, *Diário da Noite*, Recife 29 jan. 1951, p.4. O Quartel General do Frevo ficava na Praça da Independência, também conhecida como Pracinha do Diário, por estar localizada em frente ao prédio do Jornal Diário de Pernambuco. A praça ficou famosa por que era o epicentro do carnaval do Recife. Era no Quartel General do Frevo que a Federação Carnavalesca Pernambucana armava o seu palanque.

30 Francisco Vidal, *A Fresta do estado...*, p.99.

31 José do Rego Maciel foi prefeito do Recife de 1953 até 1955. Sua gestão foi marcada por obras voltadas para a Educação. Instalou a biblioteca popular de Afogados em edifício considerado moderno na época, além de criar a primeira biblioteca ambulante. Organizou o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, fundando o referido curso. Prefeitura da Cidade do Recife. *Prefeitos*, <http://www2.recife.pe.gov.br>, acesso em 9 dez. 2018.

32 APEJE, “Prefeitura passa a organizar o carnaval do Recife”, *Diário da Noite*, Recife, 26 fev. 1955, p. 1.

carnaval do Recife.

Em 1955 o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei nº 3346, de sete de junho de 1955, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura.³³ No entanto, em 1956, sob forte pressão popular, o prefeito recém-eleito, Pelópidas Silveira, convocou a Câmara Municipal dos Vereadores para rever a lei nº 3346/1955. Segundo ele, a normatização não preservava o tradicionalismo da festa carnavalesca recifense. Com a revogação da lei em 1956, as escolas de samba não receberiam a subvenção paga pela Prefeitura da cidade:

Inúmeras matérias foram publicadas em diversos jornais recifenses provocando um debate nos periódicos sobre a forma que deverá ser conduzida a oficialização do carnaval da Prefeitura da cidade. Diversos intelectuais procuraram dialogar uns com os outros buscando a legitimidade dos seus escritos. Foram praticamente unânimes em afirmar uma posição contrária à disponibilização de recursos públicos da Prefeitura para subsidiar as escolas de samba. Julgavam que essas práticas culturais não serviam para representar a 'legítima' cultura do (nosso) Estado.³⁴

De 1955 a 1964, o carnaval do Recife passa por constantes mudanças na sua legislação. Em 1964, na primeira gestão do Prefeito Augusto Lucena, foi criada a lei nº 9.355, de 14 de dezembro, sendo constituída a Comissão Organizadora do Carnaval (COC), presidida pelo Secretário de Educação e Cultura, com representantes da Câmara Municipal, Federação Carnavalesca, Associação de Cronistas, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Governo do Estado e quatro outros integrantes escolhidos pelo governante municipal.³⁵

O reinado de Momo se tornou uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que, há décadas, era destaque nos periódicos da cidade: “quem salvará o carnaval do Recife da decadência”.³⁶ Era comum

33 Djair Falcão Brindeiro assumiu o governo municipal em 15 de março de 1955, nomeado pelo governador Cordeiro Farias, permanecendo até 14 de dezembro do mesmo ano. Durante a sua gestão realizou diversas obras na cidade, tais como: a Restauração das fontes dos parques 13 de Maio, Praça da República, Praça 17, Maciel Pinheiro e Entroncamento. Djair Brindeiro foi Médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IPAM), foi professor assistente da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco em 1957 e 1958. Até 1961, presidiu a filial de Pernambuco de Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Prefeitura da Cidade do Recife. *Galeria dos Prefeitos*, <http://www2.recife.pe.gov.br>, acesso em 10 ago. 2015.

34 Augusto Neves da Silva, *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 116.

35 A legislação que regulava a organização do carnaval do Recife sofreu outra modificação com a lei de nº 10.537, de catorze de setembro de 1972. Pela nova lei, as atribuições da Comissão Organizadora do Carnaval (COC) passaram para a Comissão Promotora do Carnaval (CPC), vinculada à Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR). Em 1979, a Emetur torna-se a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, tendo por objetivos exercer, incentivar e desenvolver a política cultural no município. A lei do carnaval mudou, a CPC deixa de ser oficialmente a organizadora do carnaval do Recife. A nova instituição criada, Fundação de Cultura Cidade do Recife, é sancionada pela lei nº 13.535, pelo prefeito Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho em 26 de abril de 1979, sendo extinta a Empresa Metropolitana de turismo.

36 APEJE, “Carnaval do Recife”, *Diário da Noite*, Recife, 8 fev. 1955, p. 5

nos jornais encontrar críticas aos organizadores da festa, políticos que defendiam na Câmara Municipal maiores iniciativas para restaurar a brincadeira do Recife e, sobretudo, melhorar as condições das agremiações carnavalescas. A festa de Momo se tornou palco de acirradas lutas pelo poder, prestígio social e pela defesa de interesses particulares.

As disputas em torno da legislação do Carnaval

Ao observarmos a lei 3.346/1955, encontramos indícios de que a legislação do carnaval veio para consolidar as disputas políticas em torno da festa. De acordo com o artigo 6º da lei em questão: “A Câmara Municipal do Recife far-se-á representar junto ao Departamento de Documentação e Cultura por três dos seus membros, designados pelo plenário e que terão direito a tomar parte em todos os atos concernentes à organização do carnaval do Recife”.³⁷ Essa determinação garantia à Câmara Municipal uma fiscalização mais efetiva nas providências para a preparação dos festejos momescos e um maior controle na distribuição das verbas. Uma lei do carnaval que constituísse uma ingerência política nos festejos carnavalescos era pior do que a falta de ajuda oficial. Em resposta à legislação que deu à Câmara Municipal o poder de decisão sobre o futuro da festa, o jornal *Folha da Manhã* fez uma severa crítica, principalmente quanto aos recursos destinados às agremiações:

Como é sabido, são os diretores e associados das nossas agremiações carnavalescas quem arrastam com sacrifício de toda natureza, promovem e abrilhantam o carnaval do Recife. Portanto se dependessem eles da ajuda oficial tão malsinada, de há muito que teriam sido extinto o chamado carnaval de rua.³⁸

Circulava por toda a cidade em 1956 a notícia de que a Prefeitura da cidade deixou de cumprir integralmente a lei Antônio de Sousa, que oficializou o carnaval pernambucano. O prefeito Pelópidas Silveira, eleito em 1955, rapidamente desmentiu todos os boatos, afirmando que seria entregue às organizações carnavalescas, na forma prevista pela lei, as verbas destinadas à promoção da festa, num montante de 600.000 Cruzeiros.³⁹

No dia 27 de janeiro de 1956, Pelópidas Silveira regulamentou a lei N° 3.346/1955,

37 APEJE, “Será oficializado o carnaval do Recife”, *Diário da Noite*, Recife, 26 fev. 1955, p. 5.

38 APEJE, “O Prefeito e o carnaval”, *Folha da Manhã*, Recife, 20 jan. 1956, p. 8.

39 Segundo Antônio Paulo Rezende: “A eleição de Pelópidas Silveira, em 1955, se deu num contexto de esperança. O prefeito era do Partido Socialista Brasileiro, obtendo uma votação expressiva [...]. Na sua gestão, a organização da administração municipal foi modificada. Foram feitos concursos públicos, restauração de cargos e salários, mudanças no sistema de arrecadação de tributos, disciplinamento no uso do solo e programa de atendimento às populações carentes, atingindo a alimentação, educação, cultura e habitação. Tudo isso revela a forte intervenção do poder público na vida da cidade; ao mesmo tempo ampliava-se a participação popular, com o crescimento das associações de bairros e de moradores. Havia condições políticas para que se democratizassem as relações de poder, para que se pensasse a modernização junto com a modernidade política”. Antônio Paulo de Moraes Rezende, *O Recife: História de uma Cidade*, Recife, Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002,

sancionando a Lei a partir do Decreto lei° N° 1.351, dando ao DDC – Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife – o encargo de promover e patrocinar os festejos Carnavalescos na capital pernambucana. Com essa regulamentação, a Prefeitura da Cidade do Recife centralizou o seu poder sobre o carnaval.

Como já vimos, o DDC foi incumbido de promover e patrocinar os festejos carnavalescos na capital pernambucana, centralizando o poder regulamentar e organizar. E como reagiram aquelas pessoas e instituições que antes estavam encarregadas de organizar o carnaval? A ACCR, antes da revisão da lei em questão, a todo momento enfatizava nos jornais o seu total apoio ao Carnaval oficial, se comprometendo a organizar a festa de rua e classificar os campeões, entregando prêmios em dinheiro e troféus aos vencedores, cabendo ao Departamento de Administração da Prefeitura armar o palanque oficial no “Quartel General do Frevo”.⁴⁰ No entanto, após a regulamentação da lei 3.346 de 7 de junho de 1955, Pelópidas Silveira diminuiu o poder de decisão que a ACCR estava conquistando na organização e promoção do festejos momescos com o fim do Estado Novo:

ART.4° - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal, nos termos do art.6° da Lei n. 3.346 um representante da Federação Carnavalesca Pernambucana, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife, jugar os concursos estabelecidos no art.1° e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda, animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art.2°. deste regulamento. Das decisões dessa comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recurso, por iniciativa do Diretor da D. D.C, para o Prefeito.⁴¹

Essa decisão da Prefeitura gerou uma série de críticas, nos periódicos da cidade, com relação à organização do carnaval do Recife. Para entender o discurso midiático que circulou na urbe a partir de meados da década de quarenta, é preciso perceber que a propagação do slogan do melhor carnaval do mundo não era apenas um fanatismo ou uma paixão pela folia recifense, mas sim, um interesse político e institucional. Quando os cronistas (ACCR) perderam o poder de decisão na promoção da festa, as críticas tornam-se constantes e contundentes.

Michel de Certeau nos ajuda a problematizar a mudança de discurso dos cronistas. Para o autor, a interpretação teórica está ligada ao poder de um grupo e à estrutura da sociedade onde ela conquistou esse lugar: “Os eruditos mudam o mundo: esse é o postulado dos eruditos”.⁴²

O discurso que circulava era de que a Associação dos Cronistas Carnavalescos

p. 130-131.

40 APEJE, “ACCR colaborará com o governo Municipal”, *Folha da Manhã*, Recife, 21 jan. 1956. p. 8.

41 APEJE, “Regulamento da lei de oficialização do carnaval”, *Folha da Manhã*, Recife, 27 jan. 1956, p. 6.

42 Michel Certeau, *A cultura no plural*, Campinas, Papirus, 2003, p. 168.

do Recife estava disposta a dar toda colaboração ao poder público para restaurar o carnaval de rua da capital pernambucana, e foi por isso que credenciou representantes para comporem o plenário da Comissão Organizadora do Carnaval.⁴³ Entretanto, a entidade declarou que não estava vinculada a nenhum grupo político. “Ela visava apenas resguardar as tradições da maior festa popular que é a festa de rua da cidade do Recife e todas as suas manifestações populares”:⁴⁴

Nunca pensei que a organização do carnaval fosse gerar tanto tumulto. carnaval, afinal de contas, é uma guerra pacífica, e não uma guerra de verdade. Leio nos jornais que a Comissão Organizadora do carnaval está decidindo o destino do carnaval do Recife a portas fechadas. Que segredo de Estado estarão sendo discutidos? Planeja-se algum golpe ou atentado ao governador Carlos Lacerda?⁴⁵

A Associação dos Cronistas fomentava e propagava nos jornais de circulação da cidade que os foliões e as agremiações deveriam, em nome da festa e não em favor da oficialização do Carnaval, salvá-lo. Eles difundiam o lema: “liberdade para o carnaval do Recife”.⁴⁶ Desse modo, a atuação dos Cronistas no Carnaval do Recife deve ser vista com muita cautela, pois existiu uma produção de significado no que foi escrito ou até mesmo no silêncio do que não teve resposta, do não dito. Ao analisar os jornais de circulação na cidade, percebemos que a ACCR se utilizou do poder de persuasão no seu discurso, para tentar minar o carnaval oficial.

A disputa pelo poder do carnaval pode ser observada nos periódicos da cidade. A Comissão Organizadora do Carnaval⁴⁷, a Associação dos Cronistas e a Federação Carnavalesca de Pernambuco faziam calorosos debates em suas reuniões. Contudo, o que prevalecia a decisão dos representantes da prefeitura, que era constituída por dois membros escolhidos pelo prefeito:

Reuniu-se ontem, a Comissão Organizadora do carnaval, sob a presidência do sr. José César Regueira Costa, com a presença dos Srs. Newton Cardoso, Lula Cardoso Aires, Arnaldo Moreira Pinto, Aristófanes da Trindade, Aristófanes de Andrade e Sérgio Godói. A entidade, depois de acalorados debates resolveu, entre outras coisas, o seguinte:

[...]

e – Determinar que a “Federação Carnavalesca” e “Associação dos Cronistas” escolham os locais onde dever ser armados seus pavilhões oficiais, em ângulos mortos, na forma de sugestão feita pela Delegacia de Trânsito;

43 O termo Comissão Organizadora do Carnaval já começa a ser utilizado no início dos anos de 1960. No entanto, a lei 9352, que atribui à Prefeitura Municipal do Recife, por intermédio da Comissão Organizadora do Carnaval, programar, patrocinar e promover os festejos carnavalescos do Município, foi sancionada em 1964, pelo prefeito Augusto Lucena.

44 APEJE, “A A.C.C.R e o carnaval de Pernambuco”, *Folha da Manhã*, Recife, 10 jan.1953, p. 7.

45 APEJE, “Carnaval e tumulto”, *Diário da Noite*, Recife, 6 fev. 1964, p. 7.

46 APEJE, “A A.C.C.R e o carnaval de Pernambuco”, *Folha da Manhã*, Recife, 10 jan. 1953, p. 7.

47 O termo Comissão Organizadora do Carnaval foi encontrado nos periódicos que circulavam pela cidade do Recife muito antes da criação da COC (Comissão Organizadora do Carnaval) em 1964.

h – Rejeitar a proposta do presidente da ACCR no sentido de ser registrado, em ata, o artigo do jornalista Mario Melo, intitulado “Gaudérios do carnaval”, inserido no “*Jornal do Comércio*”.

A proibição da montagem da passarela teve o voto em contrário do representante da ACCR, que considerou um ato de arbitrário, injustificado, da maioria.⁴⁸ (Grifos meus)

A história da passarela surgiu em 1952, a partir de uma ideia do Jornalista Aristóфанes de Andrade (Presidente da Federação Carnavalesca Pernambucana), que mandou executar um projeto para que ela fosse construída. O responsável por esse projeto polêmico foi o engenheiro do porto do Recife, Valdemar Teixeira Lima. No ano de 1953, o Presidente da ACCR, o jornalista Antônio Camelo da Costa, que na época era secretário do jornal Diário de Pernambuco, resolveu tirar a ideia da passarela do papel e autorizou a construção dela, contando com o patrocínio da indústria e do comércio local. No carnaval de 1953, a passarela foi a grande novidade da festa. Quando acabaram os festejos, o presidente de ACCR pediu permissão ao Prefeito José do Rego Maciel para que ela fosse guardada no almoxarifado da Prefeitura. A partir desse fato que iniciaram os conflitos.

Seguindo o modelo da passarela, no carnaval de 1954, a Prefeitura montou duas: uma similar na Avenida Dantas Barreto, em frente a Matriz de Santo Antônio e na Avenida Guararapes, em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos. A ACCR, observando que a Prefeitura estava colocando em segundo plano a atuação dos cronistas na realização da festa, exigiu que a Prefeitura devolvesse a passarela. Para resolver a questão, foi marcada uma reunião entre as entidades: Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, a Federação Carnavalesca Pernambucana e a Comissão Organizadora do Carnaval:

Com a constituição da Comissão Organizadora do carnaval, acordou-se naquele órgão, reunir as três entidades na Praça da Independência, onde também será armado a “passarela”. O presidente da COC deu conhecimento no plenário de que a peça já não mais existia, porque todo o seu madeiramento havia sido empregado na confecção de bancas escolares, cadeiras, cabines eleitorais e outra parte fora destruída pelo cupim. Sua restauração custara mais de cem mil cruzeiros sem que a ACCR houvesse contribuído para isso, direta ou indiretamente.⁴⁹

Insatisfeita com a atitude da Comissão Organizadora do Carnaval, a ACCR resolveu funcionar em outro local, para que assim pudesse ter a ampla liberdade de ação, que havia perdido com a lei do carnaval. Como vimos, na lei em questão, a Federação Carnavalesca, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos,

48 APEJE, “Proibida a montagem da passarela”, *Folha da Manhã*, Recife, 24 jan. 1958, p. 8. Segundo o Jornal Diário da Noite de 1969, uma junta queria salvar a ACCR, segundo o jornal a finalidade da Associação dos Cronistas foi esquecida e na década de 1960 era uma sigla inútil. Para Paulo Viana, um dos seus fundadores, a ACCR já não tinha poder de atuação no carnaval do Recife. APEJE, “Junta quer salvar a ACCR”, *Diário da Noite*, Recife, 21 jan. 1969, 2º caderno, p. 2.

49 APEJE, “Carnaval: a história da passarela”, *Folha da Manhã*, Recife, 14 jan. 1958, p. 3.

dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife e três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal, passaram a formar uma Comissão, que ficava localizada em uma sala na Praça da Independência. Tudo que estivesse relacionado à promoção dos festejos momescos teria que ser resolvido naquele local. Ficando ao encargo do Diretor do DDC presidir a comissão.

A Associação dos Cronistas foi proibida de colocar o seu letreiro luminoso em frente ao seu pavilhão, montado na Praça da Independência. A Comissão do Carnaval considerava o letreiro desatencioso e símbolo de muita vaidade. Desde 1948, quando surgiu a Associação dos Cronistas, a entidade passa a premiar e promover o concurso de rei e rainha do carnaval. Aproveitando a crise entre as três entidades e a crise financeira da Associação dos Cronistas, a Comissão Organizadora do Carnaval resolveu promover o concurso, negando aos cronistas a participação que a lei regulamentava na organização do certame.

A partir de 1955 o reinado de Momo na capital pernambucana ganhou outra forma. A decoração da cidade era de responsabilidade da Prefeitura, não sendo permitida por lei a ajuda dos comerciantes e lojistas. No entanto, para que a Comissão Organizadora do Carnaval pudesse planejar uma decoração que contemplasse todas as artérias do Recife, era necessária uma maior elasticidade financeira, visando cumprir o que estava estabelecido na lei. Porém, o que observamos nos periódicos era que a decoração do carnaval ficava concentrada em algumas ruas ou avenidas, com a finalidade de evitar dispersão da verba pública. As demais ruas do centro receberam apenas iluminação. O objetivo da comissão era fazer uma boa decoração em um único trecho, com a verba disponível pela Prefeitura da Cidade do Recife. A decoração das outras ruas do centro ficava a cargo dos comerciantes que desejassem adornar trechos em frente às suas lojas, pois teriam a permissão da prefeitura para fazer publicidade, e ainda ganhariam a iluminação. Essa prática era comum, porém desrespeitava a lei do carnaval.

O descontentamento com relação à ornamentação da cidade era constante. Com o título “carnaval do Recife abafado nas trevas”, o jornal *Diário da Noite* fazia uma crítica à iluminação da cidade do Recife para as festas carnavalescas. Ainda segundo o periódico, a iluminação foi previamente elaborada, mas era insuficiente, principalmente nas ruas centrais, onde a fluxo dos foliões era maior e onde realmente acontecia o carnaval do povo.⁵⁰

O carnaval na década de 1950 era marcado pela corrupção. Muitas agremiações recebiam a subvenção e não desfilavam. Porém, pela lei, elas teriam um prazo para a devolução do dinheiro. Caso não devolvessem o dinheiro, seriam obrigadas a desfilarem no ano seguinte sem receber qualquer ajuda e, se novamente não desfilassem, seriam rebaixadas de categoria, ficando proibidas de realizar o desfile oficial no Município,

50 APEJE, “Carnaval do Recife abafado nas trevas”, *Diário da Noite*, Recife, 8 fev. 1961, p. 5.

além da exigência da devolução do dinheiro através da justiça. Segundo o Art. 2º nos parágrafos 1º, 2º e 3º da lei nº 3346/1956:

[...] § 1º - A distribuição da verba prevista na letra a deste artigo será feita em duas cotas, após à dedução das verbas necessárias a atribuições de prêmios nos concursos adotados a primeira quota, após a exibição dos clubes.

§ 2º - **A entidade carnavalesca que receber a primeira quota de auxílio e não se exhibir durante os festejos carnavalescos que se seguirem ficará impedida de receber quaisquer auxílios 3 anos consecutivos**, sem prejuízo de outras sanções que a Prefeitura resolver adotar e que poderão ir até à exigência judicial da devolução da primeira quota.

§ 3º - Somente serão distribuídas as quotas aqui previstas as organizações que satisfaçam as condições desse regulamento e que provem ter existência legal e ter se exibido no carnaval de um dos três últimos anos. (grifos meus)⁵¹

Os problemas financeiros das agremiações eram vários: parcelamento e atraso da subvenção; e grupos de segunda categoria ganhavam menos que os da primeira categoria, mas que tinham de fazer um desfile luxuoso, se quisessem continuar recebendo a verba. No entanto, a subvenção recebida não dava para custear os seus gastos, além disso, havia presidentes que defendiam os interesses financeiros próprios e não os das agremiações. Muitos desses líderes, deviam valores altíssimos, adquiridos através de empréstimos, o que acabava deixando as agremiações com uma situação financeira ruim.

Considerações finais

A análise da organização da festa de Momo no Recife na década de 1950 nos levou a caminhos e problemáticas plurais. Assim, o carnaval configurou-se como um fenômeno que constituiu a manifestação do uso de espaços (as ruas e os clubes) e todas as suas complexidades.

Como vimos neste artigo, o reinado de Momo exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto, o que observamos foi a resistência das agremiações, que passaram pelas mais diversas dificuldades: falta de verba, o não reconhecimento de como uma agremiação abrihantava o carnaval pernambucano a exemplo das escolas de samba que lutaram por mais espaço na terra do frevo. Em suma, mesmo diante da lei do carnaval, as agremiações souberam utilizar-se de táticas e estratégias para que pudessem continuar no cenário carnavalesco.

A festa que ganhava as ruas incomodava, assustava pelo crescimento rápido, e se fazia presente e atuante nos diferentes espaços sociais do Recife, como uma rede transparente que revestia toda a cidade, interligada por vários pontos de animação.

51 APEJE, REGULAMENTO da lei de oficialização do carnaval, *Folha da Manhã*, Recife, 27 jan. 1956, p. 6.

Dessa maneira, foi possível observar nesse período estudado, uma maior preocupação com o carnaval de rua. Como vimos, a “organização” do carnaval consolida-se na década de 1930 com a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana que, motivada pelo exercício de maior controle sobre o carnaval de rua da cidade, e, sobretudo das agremiações carnavalescas, iniciou um novo capítulo na história do carnaval do Recife.

Na década de 1950, o carnaval torna-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas que fossem capazes de organizar a festa de Momo assim como também ter um maior controle sobre ele. O que observamos nos periódicos de circulação na cidade foi que a política influenciou nas tomadas de decisão das comissões formadas para organizar o carnaval: dizia-se que foi o político tal, quem nos orientou a fazer isso. Além disso, as minguadas verbas destinadas à organização do carnaval eram insuficientes e não davam nem para custear a metade das despesas para a promoção da festa. Tudo isso contribuiu para tornar o carnaval um espaço de disputas, críticas constantes e insatisfações, porém sem perder a sua alegria e irreverência, pois o recifense, sobretudo os que fazem as agremiações carnavalescas, sabem brincar escondendo a dor.

Como observamos, o carnaval envolve interesses políticos, econômicos e sociais. A festa do riso é, também, o espaço de desavenças e inquietantes interferências no mundo dos adversários, em que as rivalidades afloram. Ele motiva o deslumbramento, dias de constante alegria em que se apaga o cansaço do cotidiano e premia-se os protagonistas da festa. O reinado de Momo é o momento no qual os políticos conquistam eleitores através dos seus discursos inflamados: o carnaval do Recife esse ano, será o maior de todos os tempos.

Por meio deste artigo, percebemos que o carnaval pode ser compreendido como processo de criação social do espaço que obedece a uma lógica determinada pela existência dos que fazem o carnaval do Recife: clubes, troças, blocos, maracatus e caboclinhos, escolas de samba e os foliões. Sujeitos que se materializam nos estandartes ou no próprio uso do espaço (com os cortejos) a sua existência, os seus valores e a sua influência sobre a vida social e cultural da cidade. Eram sujeitos que estavam sempre em busca de melhores carnavais, era um desejo incessante de querer sempre mais.